

ELEIÇÃO ARGENTINA: REFLEXOS DA CRISE DO MODELO NEOLIBERAL

Angelo Aparecido SASTRE¹

Resumo: A eleição de Nestor Carlos Kirchner (Partido Justicialista) para a Presidência da Argentina pode ser vista como a conclusão de um processo social contra o modelo neoliberal, iniciado em 1999 com a vitória de Fernando de la Rúa (União Cívica Radical). Esse processo, porém, não teve condições de prosseguir sem sofrer alguns traumas. Dessa forma, o panorama de empobrecimento da Argentina e o agravamento das condições de vida da população, que atingiu todas as classes sociais, figura o que Durkheim (2002) classificou como “estado mórbido”. Assim, a “consciência coletiva” acaba por resgatar a tradição ibérica, como observa Vianna (1997), traduzida na busca da identidade em um passado recente a ser utilizado para a construção de uma nova base social.

Palavras-Chave: Argentina; neoliberalismo; política internacional.

Abstract: The election of Nestor Carlos Kirchner (Justicialista Party) for Argentine Presidency can be seen as a conclusion of a social process against the neoliberal model. It began in 1999 with the victory of Fernando de la Rúa (Radical Civic Union). However, this process had no conditions to continue without undergo changes during its way. Of this form, the view of the impoverishment of Argentine and the aggravation of the conditions of life population that it reached all social classes appear what Durkheim (2002) classified as “Morbid State”. Like this collective awareness rescuing the Iberian tradition, observed for Vianna (1997), that translates in the search of identity in a recent past that will be used for the construction of a new social base.

Keywords: Argentina; neoliberalism; international policy.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – Araraquara – SP.

Introdução

A eleição de Nestor Carlos Kirchner (Partido Justicialista), que tomou posse em maio de 2003, para a Presidência da Argentina pode ser vista como a conclusão de um processo social contra o modelo neoliberal, iniciado em 1999 com a vitória do então candidato Fernando de la Rúa (União Cívica Radical)².

Esse processo, porém, não teve condições de prosseguir sem sofrer alguns traumas. As ocorrências registradas no período entre a saída do presidente Carlos Saúl Menem (1989-1995 e 1995-1999), propulsor do modelo neoliberal contemporâneo, e a posse de Kirchner, atual presidente da Argentina, são os reflexos do que classificaremos como “apocalipse social”³.

Para identificar as características desse processo de “revelação” enfrentado pela sociedade argentina, utilizamos como pontos teóricos alguns conceitos de Émile Durkheim – no que se refere ao comportamento e às normas sociais – trabalhados juntamente com a visão de Luiz Werneck Vianna sobre a tradição ibérica e com os apontamentos de Reginaldo Moraes e Raúl Bernal-Meza a respeito do neoliberalismo, entre outras contribuições e referências teóricas.

Antecedentes e origem do modelo neoliberal na Argentina

Os processos políticos e econômicos que levaram a população argentina ao que chamamos de “apocalipse social” são frutos dos excessos cometidos pelo governo Menem, que apresentou uma clara orientação neoliberal, ou seja, implantou uma política de princípios monetaristas, promoveu a abertura irrestrita do mercado interno e a privatização das empresas públicas, tudo acompanhado por uma supervalorização da moeda local.⁴

A manutenção dessa política, cuja intenção era adequar o país aos interesses do mercado internacional, atingiu alguns dos objetivos propostos como o crescimento de IED (Investimento Estrangeiro Direto), que aumentou

² A vitória da chapa de Fernando de la Rúa e Carlos “Chacho” Álvarez, pela coligação “Alianza” (UCR-Frepaso), em 1999, representa a primeira derrota do peronismo, então no governo.

³ O termo apocalipse, que tem sua origem na palavra grega *apokálypsis*, significa “revelação”. Dessa forma, usamos o termo “apocalipse social” para representar o processo de conscientização da população argentina diante das condições de seu país no período após o governo Menem.

⁴ Durante o governo Menem foi criada a Lei da Convertibilidade, que estabeleceu a paridade entre o dólar norte-americano e o peso argentino. Essa legislação, que inicialmente teve como objetivo conter o processo inflacionário, foi suspensa no governo de Eduardo Duhalde (2001-2003).

139% entre 1990 e 2000⁵. Além disso, reduziu a inflação de cerca de 4.900% ao ano, registrada em 1989, para menos de 1% ao mês a partir de 1992, segundo os dados do Banco Central da Argentina. Por outro lado, a taxa de desemprego que, em 1989, era de 8,4% passou para 15,4% em 2000. A dívida pública, que representava 27,1% do PIB, cresceu 75% durante o período de paridade entre o peso e o dólar passando para 40,8% do PIB, segundo os dados do Ministério da Economia da Argentina.

Essa conjuntura provocou um período de recessão, agravado ainda mais pela ausência de recursos externos e pelo insucesso das medidas adotadas na área econômica, culminando em uma onda de protestos por todo o país.

O movimento iniciado com atos isolados, geralmente promovidos por grupos sindicais ou estudantis, passou a ser mais constante durante o governo De la Rúa, que enfrentou três greves gerais (com até 85% de adesão) em 11 meses de mandato. Em 10 anos de governo, Menem enfrentou oito greves gerais, porém, a primeira ocorreu após 40 meses de mandato.

O primeiro efeito da pressão popular pode ser notado em dezembro de 2001, quando ocorreram as renúncias de De la Rúa e, uma semana depois, de Adolfo Rodríguez Saá, eleito pelo Legislativo nacional para substituir o ex-presidente até o final do mandato em 2003. Com a segunda renúncia, o cargo é ocupado por Eduardo Duhalde, também indicado pelo Legislativo nacional.

É importante observar que a mobilização social que provocou essa mudança no cenário político da Argentina teve origem no “sentimento” da população, abandonada diante dos efeitos da crise sócioeconômica, e não em pleitos partidários ou campanhas de cunho político promovidas por agentes do Executivo ou Legislativo.

Dessa forma, o panorama de empobrecimento da Argentina e o agravamento das condições de vida da população, em todas as classes sociais, figura o que Durkheim (2002) classificou como “estado mórbido”. Seguindo esse conceito, é possível observar que os excessos e a política econômica implementada durante a década de 90 fez a população argentina perder a sua coesão social⁶.

⁵ Percentual calculado com base na tabela de distribuição de IED da UNCTAD – *World Investment Report* (LINS, 2002).

⁶ A teoria de Durkheim (2002) possui uma visão holística da sociedade, o que exige um processo de convivência harmônica entre seus membros e segmentos para atingir a sua evolução natural.

Assim, para compreendermos melhor a representação do termo “apocalipse social”, é necessário observarmos a formação cultural da política argentina, principalmente porque muitos analistas defendem a tese de que a crise no país teve como alicerce um comportamento social ativo, que acabou sustentando as diretrizes dos programas econômicos. Por essa perspectiva podemos observar que a conjuntura sócioeconômica é um reflexo do consciente coletivo, conforme é observado por Durkheim (2002). O autor afirma que os problemas sociais são de natureza moral, já que a sociedade imporia ao indivíduo as normas de conduta social.

Observando a realidade da população argentina, a partir do pensamento de Durkheim (2002), nos encontramos frente a um paradigma histórico-social que possui suas raízes na herança ibérica dos colonizadores e nos períodos áureos da economia argentina, como no período do modelo agroexportador (1860-1916) e no período de industrialização substitutiva de importação (1935-1939).

Depois de haver alcançado a estabilidade política interna e assentado as bases político-constitucionais (1853-1860), a Argentina começou um processo de desenvolvimento interno acelerado, com um fortalecimento das instituições, a profunda ampliação da educação primária e técnica, da urbanização, dos serviços de saúde pública, da infra-estrutura (portuária e ferroviária), correios, telégrafos, imprensa, atividades artísticas-culturais e de um modelo econômico ‘exo-orientado’ que levaria a uma inserção internacional especializada, sob a hegemonia britânica, denominado como modelo **agroexportador**. O país, entre 1860 e 1916, conheceu um importante grau de crescimento e desenvolvimento, sem comparação com o resto dos países latinoamericanos, em particular, com seus vizinhos. [...] Mais tarde, por meio do modelo de industrialização substitutiva de importações, que teve como base a indústria têxtil, cresceu a uma taxa de média 11% ao ano durante a década de 30. Entre 1935 e 1939, houve um incremento substancial dos estabelecimentos fabris, que passaram de 40.600 a 53.866, chegando a ocupar mais de 600 mil trabalhadores. Sua primeira fase de esgotamento se refletiu nos conflitos sociais e políticos que declinaram no peronismo [...] (BERNAL-MEZA, 2001, p. 12, grifo do autor e tradução nossa).

Durante o período de aparente ascensão da economia neoliberal, ocorrida durante a gestão Menem, a população desfrutava a sensação de poder econômico, respaldada por uma moeda supervalorizada e pelo aumento do consumo. Isso foi possível devido à política de privatizações, mantendo reservas suficientes para custear a paridade do peso argentino com o dólar norte-americano.

Os efeitos negativos desse fenômeno, como o *déficit* comercial e a redução das reservas financeiras, em um primeiro momento, passaram despercebidos pela população que era estimulada pelas facilidades do consumo, geralmente centrado na compra de produtos importados e em viagens ao exterior.

O que pode parecer uma contradição é facilmente explicado por meio de um recorte histórico na trajetória do país, que no início do século passado era responsável por 3% do montante negociado no mercado mundial. Nesse período, as exportações argentinas representavam o equivalente, atualmente, ao volume exportado pela Coréia do Sul e pela Itália, juntas.

Essa “cultura de grande nação” – recuperada e disseminada pelo governo Menem e reforçada pelas riquezas naturais, principalmente, o petróleo, o gás e a agricultura – criou na população o mito de que o país tinha conquistado uma posição de destaque e de reconhecimento no grupo das nações desenvolvidas. Esse pensamento ganhou mais força com o apoio do FMI (Fundo Monetário Internacional), que apontou a política econômica argentina como um modelo a ser seguido por outros países que haviam enfrentado um período de hiperinflação e recessão econômica.⁷

Devido aos excessos cometidos durante o processo de abertura do mercado, a doutrina neoliberal começou a demonstrar suas falhas, primeiramente no impacto na balança comercial que passou de um resultado positivo de US\$ 841 milhões, em 1995, para um *déficit* de US\$ 2,175 bilhões, em 1999⁷.

O primeiro reflexo desse impacto pode ser observado na taxa de desemprego. Segundo dados do Ministério da Economia, o índice, que era de 6,9%, em 1991, quando foi implantada a paridade peso-dólar, atingiu 15,4%, em maio de 2000, cinco meses após o final do segundo mandato de Menem.

Ao sentir os efeitos negativos, como o empobrecimento da população e a recessão econômica, iniciou-se um processo de movimentação social resultando no “apocalipse social” e originando uma onda de protestos por todo o país.

Essa “consciência coletiva”, descrita por Durkheim (2002), acaba por resgatar a tradição ibérica, observada mais recentemente por Vianna (1997), em *A Revolução Passiva*. Segundo o autor, essa transformação se traduz na busca de identidade em um passado recente a ser utilizado para a construção de uma nova base social.

⁷ Na linguagem comercial corrente, balança comercial é o saldo resultante da dedução do volume de mercadorias importadas diante do volume exportado pelo país.

Sob a ordenação corporativa, a Ibéria pode se abrir ao moderno sem se subverter, larga operação transformística em que o passado regula a identidade dos seres modernos emergentes, e em que o processo de modernização, sob o controle social e político das forças de tradição, bloqueia a afirmação do moderno e da modernidade. No Estado corporativo realiza-se o momento do encontro entre a obra dos ‘pais fundadores’, que nos garantiram a ordem e a unidade nacional, com a dos seus descendentes contemporâneos, que superam o crônico estado de indissociação social e maximizam o poder nacional sobre uma ampla base consensual. O **interesse**, este valor intrinsecamente antiibérico, confido fora do âmbito da política e abafado pela norma jurídica e pelo envolvimento dos sindicatos na malha estatal, ao invés de instituir o moderno, consagra em novas bases a velha matriz organicista. (VIANNA, 1997, p. 161, grifo do autor).

Com base nos conceitos de Vianna (1997), atribuímos a vitória de Fernando de la Rúa, em outubro de 1999, ao começo do processo contra o modelo neoliberal. Podemos observar ainda que a busca da obra dos “pais fundadores” teve início não com o candidato central, mas com seu vice, Carlos “Chacho” Álvarez, que tinha como base de apoio político e social a classe trabalhadora, por meio da Frepaso (Frente País Solidário), composta por uma ala dissidente do peronismo unida à Unidade Socialista.

Essa estrutura serviu de base para a eleição de De la Rúa, mas começou a demonstrar a sua fragilidade nos primeiros meses de seu governo, que enfrentava os mesmos problemas – déficit fiscal e vencimento de títulos internos e externos – de seu antecessor.

Diante dessa falta de agilidade política surgem os primeiros focos de protesto, até então concentrados em alguns grupos, o que pressiona o governo a adotar medidas pragmáticas, que incorporam a essência do governo anterior. Segundo Bernal-Meza (2001, p.39), essa atitude gera uma sensação de “alienação cultural”, provocada por um processo classificado pelo autor como “a visão fundamentalista e ideológica da globalização”.⁸

A visão **fundamentalista e ideológica** da globalização produziu um processo de alienação cultural no qual as alternativas de pensamento econômico e de política pública se reduziram ao chamado ‘pensamento único’, expressão que a sociedade política denominou como de ‘políticas amistosas feitas para os mercados’. Outros enfoques

⁸ Em *La Mundialización. Orígenes y fundamentos de la Nueva organización capitalista mundial* (BERNAL-MEZA, 1996) o autor afirma que é uma utopia acreditar que por meio da globalização será possível alcançar o domínio do mercado auto-regulado e que essa visão tem como finalidade transformar o processo de globalização em um fenômeno distinto do capitalismo histórico.

atuais, alternativos, sobre o desenvolvimento do capitalista ocidental, que dariam a atenção necessária à articulação entre o mercado e a solidariedade social também não encontraram espaço na nova administração. O cenário herdado por De la Rúa e a pequena visão de suas políticas de novos ajustes sucessivos, três em um ano, terminaram por levar o país à situação atual. (BERNAL-MEZA, 2001, p. 39, grifo do autor e tradução nossa).

Essa conjuntura, associada aos conflitos ideológicos dos partidos que originaram a “*Alianza*”, provocou uma série de conflitos internos entre os membros do governo e sua base de apoio, culminando na renúncia do vice-presidente Carlos “Chacho” Álvarez, em outubro de 2000. A medida representou o rompimento formal da “*Alianza*”, que segundo a Frepaso, não estaria aplicando as políticas prometidas para a sociedade durante a campanha eleitoral.

O simbolismo do ato de renúncia de Álvarez, que representava a parcela trabalhadora na chapa de De la Rúa, provocou mais danos ao governo que a renúncia efetivamente. Debilitado politicamente, o presidente voltou a enfrentar problemas estruturais e de liderança no início de 2001, quando ocorreram mudanças sucessivas no Ministério da Fazenda.

Por causa das constantes medidas ortodoxas, adotadas pelos ministros José Luis Machinea e Ricardo López Murphy, o presidente De la Rúa voltou a enfrentar protestos e na tentativa de garantir uma sobrevivência ao seu governo, articulou o retorno do ministro Domingo Cavallo, responsável pela criação do Plano de Convertibilidade, que oficializou a paridade peso-dólar.⁹

Mais do que uma articulação política, o retorno de Cavallo representou um novo passo em busca das referências iberistas, observadas em Vianna (1997), para a construção de uma nova base. Para uma parte da população, inclusive para os analistas políticos, o novo ministro seria o único capaz de resolver a situação econômica, já que a crise tinha sido provocada pelos efeitos do plano instituído pelo próprio Cavallo durante o governo do presidente Menem.

Dessa forma, o retorno do ministro da Fazenda significava um indicativo de que o país iria superar a crise socioeconômica para retomar a sua trajetória

⁹ Ao retornar ao governo, Cavallo recebeu o *status* de super-ministro e chegou a ser considerado por alguns setores da sociedade como o “salvador da pátria”. Já De la Rúa acreditava que com Cavallo seria possível recuperar a sua governabilidade, principalmente porque o novo ministro possuía boas relações com o mercado internacional e com o FMI.

de crescimento. O resultado, porém, foram poucas alterações na política econômica.

Mesmo contando com poderes especiais, cedidos pelo Congresso, e tendo o apoio de entidades como o FMI e Banco Mundial e de países credores como os Estados Unidos, Canadá e Espanha, principal país investidor na Argentina, a recessão gerada pelo aumento do desemprego, o reajuste das tarifas públicas e a supervalorização da moeda, entre outros fatores, provocaram a saída do ministro e a troca de dois presidentes no período inferior a um mês¹⁰.

O “ressentimento” argentino

Os protestos que motivaram as substituições no comando da nação foram provocados por um sentimento de abandono, principalmente por parte dos membros que haviam se disposto a substituir, ou pelo menos resgatar, a tradição dos “pais fundadores” visando à reconstrução da nação e à garantia da ordem e da unidade nacional, como observado por Vianna (1997).

Esse cenário fica mais claro ao verificarmos a distorção dos conceitos de igualdade e de justiça social, que acabam seguindo parâmetros individualistas e que geram o que foi definido por Héctor Ricardo Leis como a “teoria do ressentimento”.

De forma direta ou indireta, por esse caminho se acaba legitimando em teoria o ressentimento que opera na prática quando os indivíduos e os atores que se sentem insatisfeitos por alguma coisa, em vez de olhar primeiro para sua própria responsabilidade, são levados imediatamente a pensar e sentir que sofreram uma ação produzida por indivíduos e atores ‘maus’. (LEIS, 2002, p. 36)

A responsabilidade, sugerida por Leis, refere-se à cumplicidade da população que apoiou e manteve no poder um sistema frágil e ilusório enquanto desfrutava dos prazeres efêmeros do processo. No entanto, ao sentir as chagas da irresponsabilidade pública, essa mesma população condenou seus governantes e todo o processo histórico, passando por vítima da situação criada pela sociedade.

¹⁰ Em dezembro de 2001, De la Rúa renunciou ao cargo após uma onda de protesto em Buenos Aires contra a política econômica. O substituto Adolfo Rodríguez Saá também renunciou e foi substituído por Eduardo Duhalde, candidato derrotado nas eleições de 1999, mas que acabou sendo eleito pelo Congresso.

Por outro lado, não é possível condenar esse pensamento social, já que a população foi conduzida por meio de um discurso de modernização do Estado, sempre atrelado ao propósito de inclusão no mundo globalizado. Este sim, foi imposto por meio das diretrizes da política neoliberal que prometia combater a desigualdade entre as nações, um discurso de cunho ideológico articulado pelo capital internacional.

Retomando o que Bernal-Meza (2001, p. 39) chamou de “pensamento único”, podemos observar, sob o argumento da modernização da nação e de sua inserção no mundo globalizado, que as diretrizes econômicas da Argentina seguiram normas ortodoxas predefinidas por instituições internacionais que determinaram a cartilha da política neoliberal, dentre elas o FMI.

Esse conceito fica mais claro com a análise de Lechner (1990) ao discutir a compatibilidade entre a modernidade e a modernização, apontando as incoerências e a perversidade do processo implantado pela política neoliberal.

Tendo como base os conceitos do autor, notamos que a dualidade modernidade-modernização é tão ambígua quanto perversa do ponto de vista social, já que possibilita a persuasão da “consciência coletiva”.¹¹

Dessa forma, as políticas instituídas pelos governantes seguiram a lógica de que o fim justificaria o meio, ou seja, a inserção do país no mundo globalizado teria um custo social aceitável. “À medida que se considera a integração transnacional uma necessidade legítima, a marginalização decorrente aparece como mal menor, indesejado, porém aceito.” (LECHNER, 1990, p. 75).

Partindo desse princípio, voltamos a perceber que a crise argentina possui, então, um envolvimento cultural de seu povo; por isso podemos afirmar que todo o processo conta com uma cumplicidade – direta ou indireta – da sociedade.

Essa afirmação ganha força ao notarmos que todos os meios utilizados no processo de inserção no mundo globalizado – principalmente o Plano de Convertibilidade e a onda de privatizações – apontados como as causas dos problemas atuais não contaram com uma resistência significativa, já que representavam, em um primeiro momento, uma conquista benéfica para a população.

¹¹ DURKHEIM (2002) atribui ao conceito de “consciência coletiva” o fato dos membros de uma mesma sociedade apresentarem crenças e sentimentos semelhantes, tornando os indivíduos semelhantes.

A alta valoração da modernização é notória, mesmo por parte de governos tão diversos como o de Alfonsín e de Pinochet; a modernização torna-se o símbolo de bem-estar material. A novidade na América Latina reside no fato de que agora a modernização é identificada com a integração transnacional, associando-se o desenvolvimento nacional à economia mundial. Não só a denúncia do imperialismo arrefeceu fora da América Central como a proposta de um Estado nacional-popular desvinculado do capitalismo mundial e de suas relações de dominação se chocaria com a opinião pública prevalecente. Conseqüentemente, reiterando a premissa inicial, não podemos renunciar à modernização por razões econômicas, nem tampouco por motivos culturais. Em segundo lugar, o valor atribuído à modernização altera o caráter da marginalização dela decorrente. A exclusão de parte importante da população não é aceita em termos políticos institucionais, mas como um fenômeno social. Esta legitimidade factual depende a) de que não exista uma barreira oficial entre integrados e marginalizados (*apartheid*) e b) da promessa de recompensa, ou seja, de uma imagem de futuro. (LECHNER, 1990, p. 80-1)

Assim, a busca de identidade teria inicialmente encontrado respaldo na política proposta pela “*Alianza*” de De la Rúa e Álvarez e, posteriormente, pelo retorno do ministro Cavallo, mas acabou demonstrando ser confusa e incoerente por não apresentar os indicativos de que o bem-estar desejado pelo processo seria readquirido. Esse transtorno acabou por criar um indício de instabilidade social, já que a coesão do Estado foi deixada em segundo plano. Assim, a busca dos ideais ibéricos demonstra ter sido suplantada pela política neoliberal.

Diante disso, o conflito social e ideológico envolvendo a crise argentina demonstra ser tão perverso e ambíguo quanto o conceito da dualidade modernização-modernidade observados por Lechner.

Se o conflito social é visto como enfrentamento entre o Bem e o Mal, não existe compromisso possível e somente a exterminação do herege permite restabelecer a boa ordem. O medo da guerra civil provoca, por outro lado, a exaltação do consenso. Por consenso não se entende um acordo entre interesses particulares, mas a fusão social: o desejo sublime de dissolver-se no todo. Sua figura emblemática é a nação, unidade natural (a quem se pertence predeterminadamente) e abstrata (prescindindo de diferenças particularidades). Pois bem, esta idéia de comunidade nacional impede tanto a representação de interesses particulares quanto a confrontação de alternativas. Em resumo, não permite a concepção criativa do conflito e evidentemente condiciona uma imagem de democracia. (LECHNER, 1990, p. 84)

Referência histórica

Na tentativa de converter esse quadro, após um período de instabilidade política que contou com a substituição de dois presidentes em menos de um mês, a população argentina buscou inspirações em processos anteriores para criar uma nova realidade. No entanto, o preceito básico dessa busca acabou sendo o de referências contrárias ao posicionamento político considerado o causador de todos os males sociais.

Dessa forma, não caberia ao novo referencial uma postura de oposição pura e simples. Em seu processo de mudança, a população buscava uma força que representasse a antítese do modelo neoliberal, que tem como prioridade “uma política antiinflacionária monetarista (do a quem doer) – reformas orientadas para e pelo mercado” (MORAES, 2001, p. 28-9).

Por meio de um breve resgate histórico é possível observar a orientação e a conjuntura em que foi fortalecida a doutrina neoliberal, principalmente na América Latina, onde essa política foi imposta pelo Banco Mundial e pelo FMI como condição para renegociar as dívidas dos países dessa região.

A mundialização financeira, já absolutamente firmada no final dos anos 70, determinaria as chacoalhadas neoliberais dos anos 80. A generalização dos mercados financeiros, a nova ‘ordem espontânea’, subtrai dos governos nacionais grande parte de seu poder, como a liberdade de cunhar moeda e criar dívida pública. Decreta-se, com festa e regozijo, o ‘fim da ilusão monetária’ e dos projetos de desenvolvimento nacional. Os grandes credores e detentores de liquidez – têm agora instrumentos para castigar países ‘abusados’ e irresponsáveis, aqueles cujos dirigentes ‘não fizeram a lição de casa’. A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas nacionais deliberadamente deficitárias, fundadas na capacidade de emitir ‘moedas políticas’, moedas sem lastro, visando garantir metas sociais e políticas como pleno emprego e desenvolvimento nacional e reorientar as economias. [...] Reparemos bem nisso: a ideologia neoliberal prega o desmantelamento das regulações produzidas pelos Estados nacionais, mas acaba transferindo muitas dessas regulações (produção de normas, regras e leis) para uma esfera maior: as organizações multilaterais como o G-7, a OMC, o Banco Mundial, o FMI, dominadas pelos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais. Durante os séculos 19 e 20, os movimentos trabalhistas haviam lutado para conquistar o voto, o direito de organização e, assim, influir sobre a elaboração de políticas, definição de leis e normas. Agora que conquistaram esse voto, o espaço em que ele se exerce é esvaziado em proveito de um espaço maior, mundializado, onde eles não votam nem opinam. (MORAES, 2001, p. 37;39).

Diante desse panorama, torna-se bastante clara a busca por uma ideologia política com condições de unir as características exigidas pelo anseio social e contar com o apelo popular, como o peronismo clássico, e não de uma orientação meramente oposicionista ou de caráter de esquerda.

Essa referência é tão evidente que durante o primeiro turno da eleição presidencial deste ano, a candidata Elisa Carrió (Alternativa para uma República de Iguais), que apresentava a maior tendência de esquerda entre os cinco candidatos favoritos e contava com um programa de governo baseado nas reformas sociais (geração de empregos por meio de obras públicas, incentivo à pequena e média empresa, criação de bolsas auxílio para estudantes e idosos, entre outras propostas), foi a candidata com menor índice de votação (14,05%), perdendo inclusive para o ultraliberal Ricardo Hipólito López Murphy (Movimento Federal Recrear), que obteve 16,37% dos votos no primeiro turno, segundo o resultado oficial do primeiro turno das eleições divulgado pela Cámara Electoral Nacional.

Desconsiderando momentaneamente o forte apelo populista do movimento, é inegável que essa referência ao peronismo faz jus à política adotada por seu fundador, o general Juan Domingo Perón, que em sua trajetória sempre procurou ter laços sociais com os movimentos operários da Argentina para sustentar o seu ideal nacionalista. Tanto que em 1945, após ser destituído de seus cargos – vice-presidente, ministro da Guerra e secretário do Trabalho e Previdência – no governo do general Edelmiro Julián Farrell (1944-1946) e de sua prisão na ilha de Martín García, Perón ressurgiu como a principal força política da Argentina.

Do lado peronista, o primeiro resultado da campanha surge já em outubro de 45 com a criação do Partido Laborista. Fundado com a presença de mais de 200 dirigentes sindicais – quase todos da corrente sindicalista –, seu programa estabelecia como inimigos ‘a minoria constituída por latifundiários, industriais, fazendeiros, comerciantes, banqueiros, homens que vivem de rendas e todas as variedades do grande capitalismo nacional ou estrangeiro’. Frente a eles colocou-se a classe trabalhadora ‘formada por operários, empregados e camponeses, juntamente com profissionais, artistas e intelectuais, assim como pequenos comerciantes, industriais e agricultores’. (BIRIED, 1984, p. 65)

Essa relação entre política anticoliberal e peronismo fica mais evidente ao retomarmos a sua representação no contexto histórico da Argentina. Mesmo

tendo origens em um movimento militar e ditatorial, Perón obteve êxito ao implantar uma alternativa ao modelo liberal vigente no país.

As mudanças proporcionadas pelo regime, segundo Leis, representaram, por um período, a possibilidade de ascensão social das massas.

O regime peronista pode ser considerado a experiência mais bem-sucedida na América Latina de substituição de uma mentalidade de orientação liberal meritocrática por outra populista de fundo igualitarista. Nos anos 1940 não houve na Argentina apenas mais uma mudança de regime político ou a chegada ao poder de mais um ditador: aproveitando-se dos enormes recursos econômicos e financeiros disponíveis ao Estado, o peronismo conseguiu pagar a festa do ascenso social das massas, aumentando exponencialmente seus desejos e transformando-os em direitos ou obrigações do Estado. (LEIS, 2002, p. 42)

A possibilidade de transformação da sociedade em crise em uma sociedade de ascensão social, por meio das referências históricas da sociedade, é que levou ao ponto culminante dessa busca da população, retratado pelo pleito eleitoral deste ano. Tanto é que no primeiro turno, o Partido Justicialista ou “peronista”, como é conhecido, com os seus três candidatos a presidente – Menem, Kirchner e Adolfo Rodríguez Saá – recebeu 60,8% dos votos válidos, segundo o resultado do primeiro turno divulgado pela Cámara Electoral Nacional.

Esse mesmo partido acabou protagonizando um resultado preliminar inusitado no primeiro turno do processo eleitoral, quando a população definiu que o segundo turno seria disputado por Menem e Kirchner, dois candidatos do PJ, porém, que apresentaram propostas antagônicas durante a campanha e em seus planos de governo.

Crise de identidade

A vitória dos então candidatos Kirchner e Menem no primeiro turno das eleições representou uma vitória da ideologia peronista e não dos candidatos propriamente ditos. Isso pode ser facilmente constatado ao observarmos que apesar de pertencerem ao mesmo partido, os dois apresentaram idéias e perfis antagônicos suplantados pelo forte apelo da ideologia peronista.

Dessa forma, a escolha popular demonstrou ser um dos reflexos da crise provocada pelo modelo neoliberal implantado no país. No entanto, a escolha do modelo oposto permaneceu concentrada somente na experiência positiva do peronismo ou no que fosse possível chegar mais próximo. Essa confusão ideológica deflagrou uma crise de identidade, ainda mais evidente quando observamos o histórico de cada candidato.

Assim, a disputa dos candidatos poderia ser transferida para suas propostas como “monetarista” e “desenvolvimentista”, demonstrando que a população Argentina, ainda sob os efeitos de uma longa e grave crise social, política e econômica, buscava uma solução em modelos experimentados anteriormente e que, de acordo com a avaliação por meio do conceito pessoal e da posição na classe social, demonstraram um resultado satisfatório.¹²

Se por um lado Menem manteve o cerne populista da política peronista em sua trajetória como presidente da Argentina, ele representou o político ortodoxo, liberalista e pragmático, o que agradava a parte da classe média. Mesmo estando envolvido em denúncias de corrupção e tráfico de armas, o ex-presidente obteve a maior votação no primeiro turno com 24,45%, segundo os dados divulgados pela *Cámara Electoral Nacional*.

Já Nestor Carlos Kirchner, que não contava com nenhuma popularidade nacional até as eleições presidenciais, foi governador da Província de Santa Cruz, região rica da Patagônia, mas sem expressividade política.

Mesmo assim, sua candidatura representava o conservadorismo e a continuidade do governo de Eduardo Duhalde, seu padrinho político. Em sua plataforma de governo, Kirchner – que possui influência de centro-esquerda, herdada do seu período de iniciação na Juventude Peronista – prometeu uma retomada do crescimento por meio da proteção e de incentivos à indústria nacional, principalmente, de pequeno e médio porte.

Essa preocupação com a retomada do crescimento nacional, por meio do desenvolvimento, foi um dos pilares que garantiram a Kirchner o segundo maior volume de votos no primeiro turno (22,24%), segundo os dados divulgados pela *Cámara Electoral Nacional*.

No entanto, a conclusão do processo de resgate iberista contra o modelo neoliberal também pode ser verificada pelo alto índice de rejeição do ex-

¹² O comentário faz referência à política desenvolvimentista adotada por Juan Domingo Perón e a de abertura econômica inserido por Carlos Saúl Menem, aceitas por diferentes camadas sociais.

presidente Menem. A pesquisa de opinião publicada pelos jornais *La Nación* e *Página 12* sete dias antes do segundo turno indicava que na mais otimista das possibilidades Menem teria 31,6% dos votos contra 68,4% de Kirchner. Já as pesquisas publicadas pelo jornal *Clarín*, no mesmo dia apontavam que Menem teria entre 22,1% e 25,3% dos votos, ao passo que Kirchner obteria entre 58,7% e 62,1%.

Esse quadro desfavorável pode ser visto como um indicativo do desejo popular de renegar o poder que simbolizaria o retorno do modelo neoliberal; porém, o resultado não pode ser considerado como uma aclamação da política proposta pelo candidato eleito.

O conflito em torno da eleição, iniciado com o resgate de um modelo considerado ideal pela sociedade e cuja referência é a política nacionalista e desenvolvimentista do peronismo, foi solucionado com base no conceito do mal menor. Isso significa que a sociedade optou por buscar uma velha concepção ideológica em uma nova base de sustentação, que poderá ou não se concretizar, a reviver experiências viciadas sob uma nova roupagem.

Esse “sentimento” acaba, inclusive, refletindo-se nos meios de comunicação que anteciparem a possibilidade do então candidato Menem renunciar antes da realização do segundo turno, como foi relatado por Verbitsky (2003) no jornal *Página 12*, em 11 de maio deste ano, sete dias antes da realização do segundo turno das eleições.

Todas as pesquisas eleitorais parecem indicar que o próximo domingo encerrará um ciclo político de quinze anos, iniciado quando Carlos Menem arrebatou a candidatura presidencial justicialista do então governador de Buenos Aires, Antonio Cafiero. O que não é tão certo é que isso coincida com a finalização do ciclo de empobrecimento e desigualdade que começou com a ditadura militar e continuou com diversos matizes ao longo de quase três décadas. [...] Com a candidatura de Menem, a teoria do mal menor recupera o seu cetro. O riojano se debate sem saber como sair dessa armadilha e queima os seus últimos cartuchos. Mediante uma exacerbação verbal crescente invoca os piores fantasmas, desde o caos e insegurança até o colapso institucional. [...] Menem sabe que um resultado, como o que se indica, liquidaria de forma definitiva o seu reduzido futuro político. (VERBITSKY, 2003, tradução nossa)

A vitória de Kirchner encerra o ciclo neoliberal iniciado no primeiro mandato de Carlos Menem, e atinge o objetivo da “consciência coletiva” de recuperar a ordem e a unidade nacional dos “pais fundadores”, ao mesmo

tempo que cumpre a função de combater a sensação de abandono provocada pelos grupos antecessores.

No entanto, o paradoxo deixado pela experiência do processo eleitoral como desafio ao novo governo é reconstruir a ideologia da “terceira via”, proposta por Perón, em um cenário de globalização no qual a inserção do país possui um alto custo social ou ainda correr o risco de ser suprimido pelo mesmo “sentimento” que resgatou os ideais do peronismo e concluiu o ciclo neoliberal.

Referências

- BEIRRED, J. L. B. **Movimento operário argentino: das origens do peronismo (1890-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERNAL-MEZA, R. La mundialización: orígenes y fundamentos de la nueva organización capitalista mundial. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n.150, p.33-52, 1997. ou 1996, como consta no texto?
- BERNAL-MEZA, R. Argentina: la crisis del desarrollo y de su inserción internacional. **Europa-América Latina, Análises e Informações**, São Paulo, n.1, maio, 2001.
- DURKHEIM, E. Sociologia. In: RODRIGUES, J. A (Org.). **Émile Durkheim: sociologia**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LECHNER, N. A modernidade e a modernização são compatíveis? o desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova**, São Paulo, n.21, p.73-80, 1990.
- LEIS, H. R. Sobre o ressentimento (e os argentinos). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.64, p.33-45, 2002.
- LINS, M. A. del T. Crises financeiras na América Latina: até quando estes fantasmas vão assombrar? **Europa-América Latina, Análises e Informações**, São Paulo, n.8, nov. 2002.
- MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- VERBITSKY, H. Fin de ciclo. **El País**, Buenos Aires, 11 maio 2003. Página 12, p.12. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar>. Acesso em: 23 jun. 2003.
- VIANNA, I. W. Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: _____. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p.125-72.